

Exma. Sr.<sup>a</sup> Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República,

Junto envio nota relativa à admissão do [Projeto de Lei n.º 830/XIII/3ª \(PS; PSD; BE; CDS-PP; PCP\) - "Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência"](#), para efeitos de despacho pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do RAR.

<b>Forma da iniciativa</b>	Projeto de Lei
<b>Nº da iniciativa/LEG/sessão:</b>	830/XIII/3. <sup>a</sup>
<b>Proponente/s:</b>	Deputados do Grupo Parlamentar do PS; PSD; BE; CDS-PP e PCP
<b>Assunto:</b>	Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
<b>Audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas nos termos do artigo 142.º do Regimento, para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição:</b>	Não parece justificar-se
<b>Comissão competente em razão da matéria:</b>	Comissão de Trabalho e Segurança Social (10. <sup>a</sup> )
A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

Chama-se a atenção para o facto de esta iniciativa, que entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação, prever que consta do Orçamento da Assembleia da República o apoio administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento do Me-CDPD, incluindo os serviços de apoio próprio, nos termos a fixar por resolução da Assembleia da República.

A assessora parlamentar,  
Ana vargas (Extensão: 11739)  
DAPLEN